

Queremos nossa PLR!

Sindicato enviou carta ao Itaú Unibanco cobrando antecipação da PLR e exigindo o mesmo dos demais bancos

O Sindicato voltou a cobrar dos bancos a antecipação da segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Na terça-feira, dia 9, a entidade enviou carta à direção do Itaú Unibanco reivindicando o pagamento, antes do carnaval, da PLR e do adicional e do Programa Complementar de Resultados (PCR). Até o fechamento desta edição (11), o banco não havia atendido à reivindicação dos bancários neste primeiro momento e nem definiu a data em que iria creditar a verba. Mas o Sindicato continua pressionado para que todos os bancos paguem de imediato.

“O Itaú Unibanco lucrou mais de R\$10 bilhões em 2009, um crescimento de 29%. Este lucro é fruto do trabalho dos bancários. Além disso, o banco já disponibilizou, antes da divulgação oficial do resultado anual, cerca de R\$272 milhões para meia dúzia de executivos. É uma obrigação moral da empresa valorizar todos os



O Sindicato vai continuar pressionando para que os bancos antecipem e paguem logo a segunda parcela da PLR

seus funcionários”, afirma o diretor Ronald Carvalhosa. O sindicalista disse ainda que a antecipação da

PLR/PCR é fundamental para os bancários. “O início do ano é sempre um período de grandes despesas

extras para os trabalhadores, como IPTU, IPVA, matrículas e material escolar. O momento para o pagamento da participação nos lucros é agora”, acrescenta.

BRDESCO

A pressão do Sindicato garantiu aos bancários do Bradesco a antecipação da PLR. O banco atendeu à reivindicação dos trabalhadores e anunciou o pagamento da verba para sexta-feira, dia 12 de fevereiro. Os funcionários do Bradesco também terão direito a receber a PLR cheia. A empresa teve um lucro líquido de R\$ 8,012 bilhões no exercício de 2009.

“A luta no Bradesco é para que o banco, este ano, debata com o Sindicato a criação de um programa próprio de distribuição nos lucros que garanta maior poder de renda para os funcionários”, ressalta o diretor do Sindicato Vinicius de Assunção.

FALA, PRESIDENTE

Nossa decisão em relação ao plano de saúde do Itaú Unibanco



Após a pausa para o feriado do carnaval, voltamos à realidade. Na semana que antecedeu a folia, defendemos os direitos dos bancários contra os ataques dos banqueiros. Os funcionários do Itaú Unibanco aprovaram, em assembléia realizada pelo Sindicato no dia 9 de fevereiro, o novo plano de saúde, conforme orientação da direção desta entidade. Entretanto, para resguardar todos os funcionários, a aceitação do acordo fica condicionada à ressalva de nosso Departamento Jurídico, que assegura todos os direitos

dos cerca de 1.100 funcionários do Unibanco incluídos na Ação Civil Pública (ACPU) movida pelo Sindicato. O objetivo da ressalva é garantir um plano justo para todos os companheiros (as) do conglomerado Itaú Unibanco Holding. Esta ação é fundamental e tem sido vitoriosa em todas as instâncias. Ela está agora no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.

Assumimos, desta forma, nossa responsabilidade de buscar o melhor para todos os bancários, resguardando os seus direitos e avançando em melhorias no campo da saúde e do trabalho.

É importante lembrar também que o Sindicato do Rio foi o único no país que ainda não assinou o acordo, já que a proposta inicial do banco resultaria em grandes prejuízos para os trabalhadores. Nossa pressão e mobilização fizeram com que a empresa avançasse em itens importantes, como a

inclusão das viúvas, automantidos e pensionistas como participantes do plano, e o recuo do banco na decisão sobre os reajustes em relação aos aposentados com o ressarcimento dos valores cobrados a mais. Nossa orientação é a de que os funcionários, especialmente os que fazem parte da ACPU, não devem aderir ao plano até que o banco assine o acordo com o Sindicato, garantindo a ressalva de nosso Departamento Jurídico.

Estes avanços são relevantes, mas nossa luta continua, pois saúde não se limita ao plano, mas passa fundamentalmente pela prevenção das doenças ocupacionais e pelo fim da pressão e do assédio moral, sempre vinculados às metas absurdas.

LICENÇA-MATERNIDADE

Uma vitória importante que

tivemos para toda a categoria foi o de fazer com que os bancos aderissem ao Programa Empresa Cidadã, que garante a ampliação da licença-maternidade. A pressão da categoria e a nossa unidade garantiram a confirmação deste direito previsto na Convenção Coletiva 2009/2010. A Fenaban já orientou os bancos a aderirem. Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Nossa Caixa, Banrisul e, agora, o Itaú Unibanco, Bradesco, Safra e Citibank também já aderiram. Estamos atentos para que todos os bancos cumpram o acordo coletivo e a legislação. Parabéns, mães bancárias.

Fraternalmente,

Almir Aguiar

Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

NOVO CAPITALISMO

Regulação do sistema financeiro

Ninguém agüenta mais a farra dos bancos e dos especuladores que levaram o mundo a uma grave crise no ano passado. Até os países do G-7, as maiores potências econômicas que representam a matriz do capitalismo, já defendem a regulação do sistema financeiro. Não exatamente da mesma forma defendida pelo movimento sindical, que quer, é claro, o controle social dos bancos. Mas a decisão é mais um sintoma do fracasso da política neoliberal. Nem as classes dominantes internacionais parecem acreditar mais no “livre mercado”.

TAXA SOBRE OS BANCOS

Os países ricos defendem também uma taxa global sobre os bancos. Os governantes dos EUA e da Europa prometem apresentar um projeto sobre o tema antes da reunião do G-20, que inclui os países ricos e emergentes. Sinal dos tempos.

SÓ FALTA O HSBC

Citibank e Santander aderem à licença-maternidade

Depois do Itaú Unibanco e Bradesco, agora foi a vez do Citibank divulgar, no último dia 9, que já está aplicando a cláusula 24ª da Convenção Coletiva, que garante a ampliação da licença-maternidade, que passa a ser de seis meses. O Santander anunciou a adesão no dia 12, sendo que a licença é retroativa a janeiro deste ano.

As funcionárias devem enviar solicitação ao Recursos Humanos (RH) do banco em até um mês após o parto, adoção ou obtenção de guarda judicial. Dos grandes bancos falta apenas o HSBC.

Análise Econômica do DIEESE

A política de valorização do salário mínimo e seus efeitos

Variação do Salário Mínimo, do INPC-IBGE e do PIB no Brasil – 1998 a 2010

Mês do reajuste	Salário Mínimo			INPC-IBGE	PIB (*)
	Em R\$	Reajuste nominal	Reajuste real		
mai/97	R\$ 120,00	-	-	-	-
mai/98	R\$ 130,00	8,33%	4,05%	4,12%	3,40%
mai/99	R\$ 136,00	4,62%	0,71%	3,88%	0,20%
abr/00	R\$ 151,00	11,03%	5,30%	5,35%	0,80%
abr/01	R\$ 180,00	19,21%	12,17%	6,27%	4,30%
abr/02	R\$ 200,00	11,11%	1,27%	9,72%	1,30%
abr/03	R\$ 240,00	20,00%	1,23%	18,54%	2,70%
mai/04	R\$ 260,00	8,33%	1,19%	7,06%	1,10%
mai/05	R\$ 300,00	15,38%	8,23%	6,61%	5,70%
abr/06	R\$ 350,00	16,67%	13,04%	3,21%	3,20%
abr/07	R\$ 380,00	8,57%	5,90%	3,30%	4,00%
mar/08	R\$ 415,00	9,21%	4,04%	4,97%	6,10%
fev/09	R\$ 465,00	12,05%	6,28%	6,43%	5,10%
jan/10	R\$ 510,00	9,68%	6,02%	3,45%	-
TOTAL (1998-2010)		325,00%	91,88%	121,56%	44,93%

Fontes: IBGE e DIEESE

(*) PIB do ano imediatamente anterior ao reajuste do salário mínimo.

Em 2004, as centrais sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. Para alcançar o objetivo pretendido foram realizadas grandes manifestações conjuntas a Brasília a fim de fortalecer, junto aos poderes Executivo e Legislativo, a importância social e econômica da proposta.

Como resultado das negociações desenvolvidas, em 2007, definiu-se pela adoção de uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023, que vem sendo seguida pelo Executivo Federal, apesar de não ter sido transformada em lei pelo Congresso, ainda, estabelecendo como critério o repasse da inflação acumulada no período transcorrido entre o último reajuste e a nova correção, acrescido da variação do PIB de dois anos antes. Além disso, estabeleceu a antecipação da data de vigência - a cada ano - até sua fixação em janeiro, o que ocorreu neste ano.

Como resultado de todo esse processo, o salário mínimo experimentou uma elevação que o levou do valor de R\$ 260, em 2004, para R\$510 em janeiro deste ano.

Quando resgatamos a série histórica de variação do salário mínimo (tabela abaixo) no decorrer do período de 1998 a janeiro de 2010, nota-se que o reajuste aplicado ao salário mínimo foi de 325%, para uma inflação acumulada (INPC/IBGE) de 121,5%, correspondendo a um aumento real de 91,88%. No mesmo período, a economia brasileira cresceu 44,93% do seu Produto Interno Bruto (PIB).

Tomando como referência o ano de implantação desta política de valorização

do salário mínimo, 2004, e estendendo até os dias atuais, a elevação do valor do salário mínimo foi de 96,1%, valor este superior a taxa de inflação que, no mesmo período, acumulou 40,6%, resultando assim em um ganho real de 39,4%. Ao mesmo tempo, a economia brasileira teve um desempenho, medido pelo PIB, de 27,9%.

Em relação aos impactos proporcionados pela elevação do salário mínimo na economia brasileira, considerando-se que aproximadamente 46,1 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo, sua elevação para R\$ 510 deverá gerar um incremento de renda da ordem de R\$ 26,6 bilhões e de R\$ 7,7 bilhões na arrecadação tributária sobre o consumo.

Outra constatação da importância do aumento do SM está na comparação com a cesta básica calcu-

lada pelo Dieese. Com um custo de R\$228,19 em dezembro de 2009, estima-se que o salário mínimo terá, então, um poder de compra equivalente a 2,23 cestas básicas, a maior relação na série das médias anuais desde 1979.

O país experimenta hoje, passado a recente crise mundial, uma aceleração da atividade econômica estimulado principalmente pela demanda interna, aumento da taxa de emprego no mercado formal de trabalho, manutenção da inflação sobre controle, combinado com o aumento acelerado do poder de compra dos trabalhadores. Assim, toda essa constatação da importância do crescimento do salário mínimo que estamos experimentando nestes últimos anos, além de se inscrever num processo de recuperação da economia brasileira no contexto da crise internacional, põe por terra o velho mito de que “aumento de salários provoca inflação”.

IPVA

Projeto de Gilberto Palmares garantiu redução de imposto

Quem tem carro flex – movido a álcool e gasolina – deve ter percebido que o valor do IPVA deste ano veio praticamente igual ao do ano passado. É que houve um incentivo fiscal, pelo qual os carros flex passaram a pagar 3%, o que redundou em uma economia de um quarto do antigo valor.

O deputado estadual Gilberto Palmares (PT) é o autor da lei sancionada pelo governador Sergio Cabral Filho. A lei beneficia cerca de um milhão de proprietários de veículos flex.

Gilberto Palmares comemorou: “Quem tem carro movido a gasolina e GNV paga 1% de IPVA. Quem

tem carro movido só a gasolina paga 2%. Por que quem tem carro flex tinha que pagar 4%, como se o carro fosse apenas movido a gasolina? Tratava-se claramente de um ataque ao direito do consumidor. Depois de perdermos a primeira batalha, voltamos à carga com uma proposta intermediária que deu resultado”.

Bancos estão proibidos de cobrar taxa de recadastramento

Uma nova decisão da Justiça proíbe que os bancos públicos e privados, localizados no Estado do Rio de Janeiro, cobrem taxa de recadastramento de seus clientes. O valor variava de R\$ 23 a R\$ 50. Os bancos que não cumprirem a determinação, conquistada pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), pagará multa prevista em R\$ 10 mil por cada cobrança indevida.

Segundo a presidente da comissão, deputada Cidinha Campos (PDT), os bancos são poderosos, mas desta vez eles perderam. “Assim, o consumidor se livra de mais uma taxa abusiva e que não tinha sentido algum em ser cobrada”, comentou ela.



Além da multa, a Justiça condenou as instituições financeiras a restituírem, em dobro, os valores já debitados nas contas correntes de

seus respectivos clientes a título de tarifa de renovação de cadastro, bem como terão de publicar a decisão em dois jornais de grande circulação.

SANTANDER

Banco conserta ar do Posto da PUC

Depois da intervenção do Sindicato, resultado de uma reclamação do diretor



Adriano Garcia, o Santander consertou o ar-condicionado do PAB da PUC. O posto está instalado em um container de aço, operado por um funcionário e dois vigilantes.

Nesses dias de calor intenso, os clientes chegaram a passar mal na unidade. O Sindicato entrou em contato com a direção de RH do banco. O conserto foi feito em menos de 24 horas

O CAPITALISMO É INJUSTO

Bradesco e Itaú pagam R\$500 milhões a seus executivos

Governos do mundo inteiro querem limitar a farra dos executivos do sistema financeiro

Na hora de negociar salário e PLR com os bancários, os banqueiros choram, fecham a mão e endurecem o cerco. O Bradesco, por exemplo, não oferece sequer auxílio-educação aos seus funcionários. Mas, na hora de remunerar seus executivos, os bancos gastam uma fortuna. No Bradesco, R\$250,4 milhões foram ratiados entre 150 profissionais. Ou seja, cada um vai faturar, em média, cerca de R\$1,7 milhão.

Bancos contratam menos

Os bancos privados não possuem nenhum compromisso social. Ganham fortunas com ou sem crise e gastam milhões com os executivos. Exploram e demitem bancários, aumentando a sobrecarga de trabalho nas agências e o número de vítimas de doenças ocupacionais e de assédio moral. E, em vez de contratar mais funcionários para o atender a sofrida população, os banqueiros diminuíram o número de contratados em 2009. O saldo entre admissões e contratações do ano passado cresceu apenas 0,59%, número bem inferior ao de 2009, quando houve um crescimento de 3,9%. “Isto reflete diretamente no número de trabalhadores com doenças físicas e psicológicas no setor financeiro. A ganância dos banqueiros não tem limites”, critica Almir.

“É muito dinheiro. Tanto que governos do mundo inteiro e o Banco Central (BC) brasileiro estão querendo limitar o bônus pagos pelos bancos aos executivos. No Brasil, os bancos são avarentos para negociar com os bancários, mas são benevolentes com o alto escalão”, critica o diretor do Sindicato Vinicius de Assumpção.

No Itaú Unibanco os executivos receberão, ao todo, uma bolada total de R\$272,7 milhões. “O pior é que o banco sequer divulgou quantos privilegiados receberão toda essa grana. É um absurdo meia dúzia de tecnocratas receber tanto dinheiro e os bancários, que são os que constroem o lucro e a riqueza das empresas, ficarem a ver navios”, ressalta a diretora do Sindicato Vera Luiza.

CONTROLE SOCIAL

O BC quer regulamentar os salários dos executivos dos bancos brasileiros e promete anunciar oficialmente a proposta, em audiência pública, num prazo de noventa dias. A limitação dos ganhos dos executivos do sistema financeiro foi um acordo dos líderes do G-20, o grupo dos países mais desenvolvidos do mundo. “É a matriz do capitalismo quem está dizendo que é preciso acabar com a farra dos executivos dos bancos. Por isso, defendemos o controle social do sistema financeiro”, afirma o presidente do Sindicato, Almir Aguiar.

Bancários e clientes do Itaú e Real do Recreio sofrem sem ar-condicionado

Os bancos Itaú e Real dão mais uma mostra do desrespeito aos bancários e clientes. Nas agências do Santander Real, Pedra Itaúna e Recreio, e a do Itaú Recreio dos Bandeirantes, os aparelhos não funcionam como deveriam e o calor dentro da unidade é maior do que do lado de fora, devido ao número de pessoas que se aglomeram nas filas.

“A situação é grave e injustificável, ainda mais porque os dois, o Itaú, o maior banco privado do país, e o espanhol Santander, que comprou o Real, têm tido seguidamente lucros astronômicos”, criticou o diretor do Sindicato Celso de Azevedo, que, segunda-feira, dia 8, foi cobrar providências dos gerentes das agências. “Exigimos a instalação imediata de equipamentos que funcionem de fato e não sirvam somente como enfeite”, acrescentou.

BANCOS EMPURRAM COM A BARRIGA

Cobrados pelo sindicalista, os gerentes contaram que chamaram técnicos do banco que durante dois meses estiveram várias vezes nas agências analisando o problema, dando como solução a troca dos aparelhos. A substituição dos equipamentos por novos e mais possantes, entretanto, não se concretizou. “Caso isto não se resolva de imediato, vamos parar as agências, pois não podem funcionar nestas condições insalubres, com prejuízo para a saúde dos funcionários e usuários”, advertiu Celso.

Bancários do Santander aprovam acordo aditivo

Em assembléia na última quarta-feira, no auditório do Sindicato, os bancários do Santander aprovaram a proposta de acordo aditivo à Convenção Coletiva Nacional de Trabalho negociado com o banco. O documento tem validade até 2011 e abrange, ainda, os funcionários do antigo Real.

Foram cinco meses de negociação entre o banco, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), sindicatos e a Associação dos Funcionários do Banespa (Afubesp). Para pressionar o Santander, os bancários fizeram, neste período, mobilizações em todo o país, com paralisações e manifestações. O acordo repete todas as cláusulas do anterior e avança em outras.

O ACORDO

O diretor do Sindicato Adão Pires lembrou que o Santander é o único banco privado com acordo aditivo, e que sua manutenção foi uma conquista através da luta dos fun-



A diretora do Sindicato Cleyde Magno e o diretor da Federação dos Bancários do RJ/ES Paulo Garcez conduziram os trabalhos

cionários. “O acordo garante direitos importantes, como o PPR, que aumentou dos R\$ 700 pagos ano passado para R\$ 1.250, este ano, um acréscimo de quase 80%. O valor será pago dia 19”, afirmou, acres-

centando que está garantido, ainda, R\$ 1.350 para o PPR do próximo ano.

O aditivo corrigiu uma injustiça. Em 2009, o Santander pagou dois salários a quem completou 25 anos

de banco, mas deixou de fora os que tinham mais de 25. O valor, agora, será pago em duas parcelas: um salário em março; e outro, em janeiro de 2011. Outro avanço foi o banco ter concordado em ampliar de 1.250 para 2.000 as bolsas de estudo no valor de 50% da mensalidade com teto de R\$ 330, mais um reajuste de 6%. Os funcionários conquistaram, também, o direito a uma licença não remunerada de 30 dias para cuidar de familiar com problema de saúde.

PLR

O pagamento da segunda parcela da PLR será também no dia 19, junto com o PPR e a folha de fevereiro. Seu valor será 18,25% maior do que prevê a regra básica da Convenção Coletiva dos Bancários. Mas poderia ser maior caso o Santander usasse para o cálculo da verba o lucro de R\$ 5,508 bilhões, baseado nas regras internacionais, e não os R\$ 4,36 bilhões, lucro calculado pelas normas do Banco Central do Brasil.

SOLIDARIEDADE

Sindicato faz doações à Apae

O presidente do Sindicato, Almir Aguiar, entrega as doações à vice-presidente da Apae/RJ, Marly dos Santos Afonso



Durante a palestra da Academia do Concurso Público, realizada no auditório do Sindicato no dia 28 de janeiro, o Sindicato recolheu mais de 70 latas de leite em pó, além de arroz, feijão, açúcar, fubá e outros alimentos não perecíveis. A palestra sobre concurso público lotou o auditório da

entidade. O ingresso, um quilo de alimento.

A entrega das doações foi feita à Associação dos Pais e Amigos do Excepcional do Rio de Janeiro (Apae/RJ). Os interessados em fazer doações à Apae/RJ devem ligar para 3978-8800.

DELEGADOS SINDICAIS

Reunião dia 24 vai organizar a luta na Caixa

O Sindicato convoca os delegados sindicais da Caixa para uma reunião no dia 24 de fevereiro. O objetivo é debater a questão da jornada de seis horas, o novo Plano de Funções Gratificadas (PFG) e do Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA). Na oportunidade, os participantes receberão informes atualizados sobre o andamento das ações do Sindicato: Ação Declaratória (ação em que houve a decisão para a base do Rio de Janeiro das funções que estão subordinadas à jornada de 6 horas) e as ações executórias (que cobram a sétima e oitava horas).

O Sindicato orienta os delegados para que debatam com os funcionários de suas unidades os assuntos pautados. Essa preparação para a



reunião do dia 24 é importante. As dúvidas e opiniões devem ser trazidas para alimentar os debates dos delegados e sedimentar o movimento da luta pela jornada de seis horas, sem redução de salário, PGF e PAA.